

13 AGO 1998

Relator muda cálculo de renda mínima

JORNAL DO BRASIL

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA - O Programa de Renda Mínima do governo poderá ser modificado no Senado Federal. O senador Ney Suassuna (PPB-PB), relator do projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), que modifica o cálculo do benefício, entregou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) parecer favorável às alterações. De acordo com a proposta de Suplicy, famílias com a mesma renda individual teriam benefício per capita idêntico, ao contrário do que prevê o projeto do governo.

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, disse que dará todo apoio ao programa: "Apoiamos desde o início essas idéias", disse, no encerramento da conferência sobre renda mínima no plenário do Senado. "Fizemos apenas algumas ressalvas ao primeiro projeto", completou.

Segundo Malan, a proposta inicial que chegou à equipe econômica tinha como meta garantir renda mínima a todos os brasileiros com menos de 25 anos. "Com isso, teríamos de cobrir 45 milhões de

198
pessoas, o que seria impossível".

O senador Eduardo Suplicy, organizador da conferência, disse que dentro de alguns dias será publicado um relatório com as principais sugestões dos participantes.

A renda mínima prevista no projeto do governo será garantida às famílias com renda per capita de até meio salário mínimo que tenham filhos de 7 a 14 anos na escola. Este ano, o programa deverá atingir 672 municípios.

O cálculo do benefício proposto pelo governo considera a multiplicação de R\$ 15 pelo número de dependentes entre 0 e 14 anos e a diminuição da metade da renda per capita familiar. Por esse critério, haveria resultado negativo, no caso de família com apenas mãe e filho.

O projeto de Suplicy estabelece o cálculo a partir da fórmula $0,4 \times R\$ 65 \times$ número de pessoas da família. "Com as mudanças, além de resolvermos a questão do resultado negativo, será eliminada a diferenciação do benefício entre famílias com o mesmo nível de renda", afirmou o relator Ney Suassuna.